

## Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoies@ufes.br

▄ No chamado orçamento considerável da educação estadual de R\$ 2 bilhões, a educação conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado

### Pobre sala de aula

No orçamento da Secretaria de Estado da Educação, educação contempla o quê? O custo aluno do ensino médio abrange quais itens? Observa-se no trabalho que relaciona o Enem 2013 e o custo aluno (IABDADOS): “É possível que em alguns estados os custos incluam gastos com aposentados; a rigor esses custos não deveriam ser incluídos nos custos correntes do sistema educacional”. Logo, comparações entre Enem e custo do aluno no ensino médio precisam considerar os estados que incluem aposentados no orçamento da educação – o que não é informado no referido trabalho.

No orçamento 2015 da Sedu, o maior valor é para “Contribuição Previdenciária Complementar”: R\$ 446,2 milhões – expressivos 22% do total de R\$ 2 bilhões. Há outras “contribuições” afins: a) previdência complementar (Preves); b) “patronal ao fundo previdenciário – pessoal ativo”; e c) “patronal ao fundo previdenciário dos profissionais” (médio, profissional, EJA...). Nessa “torre de babel”, os aposentados estão incluídos nos R\$ 446,2 milhões? Influenciam o elevado “custo aluno” no ES?

Três outros itens possibilitam o fun-

cionamento da escola, mas não têm influência direta na sala de aula. Não podem ser desconsiderados, pois tornam a escola acessível, complementam a baixa renda de famílias e buscam conter a “entrada” das violências das ruas. É mais uma evidência de que nem todo o dinheiro do orçamento da educação é para educação.

Assim, transporte escolar, alimentação e “serviços terceirizados para unidades escolares” (incluindo o alto valor da segurança) chegam a R\$ 326,8 milhões, e correspondem a 16% do total.

Contrastando os valores indiretos acima com os que têm impacto direto na sala de aula, a “remuneração dos profissionais do magistério do ensino médio” é R\$ 248 milhões – 12% do total de R\$ 2 bilhões; no tipo de ensino que não é a principal atribuição da Sedu, a “remuneração de profissionais do ensino fundamental” ultrapassa R\$ 354 milhões.

No ensino médio, a indigência de recursos na veia da educação é notória: a) “valorização das boas práticas de educação”: R\$ 638 mil; b) “melhoria do desempenho escolar dos estudantes do ensino médio”: R\$ 534 mil; c) “aperfeiçoamento da gestão escolar”: pouco mais de R\$ 900 mil; e d) “formação dos profissionais do magistério”: R\$ 2 milhões.

No chamado orçamento considerável da educação estadual de R\$ 2 bilhões, a educação de fato conta pouco, especialmente o que é essencial ao aprendizado na sala de aula.